

<http://dx.doi.org/10.21527/2317-5389.2022.20.12479>

VIOLÊNCIA DE ESTADO E TRAUMA: Camponeses da Guerrilha do Araguaia

Irene Gomes

Universidade Federal do Tocantins (UFT). Araguaína/TO, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/1328617041420362>.
<https://orcid.org/0000-0002-3482-2622>

Thelma Pontes Borges

Autor correspondente: Universidade Federal do Tocantins (UFT). Campus Universitário de Araguaína. R: Uxiramas, s/n. Setor Cimba. CEP 77824838 – Araguaína/TO, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/2159682210638946>. <https://orcid.org/0000-0001-6073-8937>.
thelmapontes@uft.edu.br

RESUMO

O Brasil vivenciou em sua história um longo período ditatorial marcado pela repressão do Estado e supressão de direitos. Um dos atos mais violentos desse momento ficou conhecido como Guerrilha do Araguaia, na qual as Forças Armadas (FFAA) fizeram uma sequência de operações a fim de eliminar os guerrilheiros e qualquer vestígio de um possível levante comunista. Entre as forças do Estado e dos guerrilheiros estavam os camponeses, que foram vítimas das mais diversas violências em razão da crença de sua participação no movimento ou em busca de sua colaboração na captura dos guerrilheiros. Mediante um estudo descritivo-analítico este trabalho visa a fazer uma topologia dos tipos de violências perpetrados sobre os camponeses e a analisar suas reatualizações a partir da não superação do trauma. Para tanto, utilizou-se depoimentos de militares disponíveis em literatura e leitura de processos de camponeses que tramitaram na Comissão da Anistia vinculada ao Ministério de Estado e Justiça (MJ) e ao Ministério da Família, Mulher e Direitos Humanos (MDH). Como resultado, evidenciamos cinco tipos de violência, que vão desde torturas a total extermínio. Concluímos que o sofrimento infligido não cessa de se fazer presente ante a impossibilidade de superação do trauma pela ausência de um projeto de reparação nacional.

Palavras-chave: Guerrilha do Araguaia; violência; trauma; camponeses.

STATE VIOLENCE AND TRAUMA: PEASANTS FROM THE GUERRILHA DO ARAGUAIA

ABSTRACT:

Brazil has experienced a long dictatorial period in its history, marked by state repression and suppression of rights. One of the most violent acts of that moment was known as Guerrilha do Araguaia, in which the Armed Forces (FFAA) carried out a sequence of operations in order to eliminate the guerrillas and any traces of a possible communist uprising. Among the forces of the State and the guerrillas were the peasants who were victims of the most diverse types of violence because of their belief in their participation in the movement or in search of their collaboration in capturing the guerrillas. Through a descriptive-analytical study, this work aims to make a topology of the types of violence perpetrated on the peasants and analyze their updates based on the non-overcoming of the trauma. For this purpose, testimonies from military personnel available in literature were used, as well as the reading of peasants' cases that had been processed by the Amnesty Commission linked to the Ministry of State and Justice (MJ) and the Ministry of Family, Women and Human Rights (MDH). As a result, we highlighted five types of violence ranging from torture to total extermination. We conclude that the suffering inflicted does not cease to be present due to the impossibility of overcoming the trauma due to the absence of a national reparation project.

Keywords: Araguaia Guerrilla; violence; trauma; peasants.

Submetido em: 30/6/2021
Aceito em: 20/9/2022

1 INTRODUÇÃO

No período aproximado entre os anos de 1968 e 1975, militantes do Partido Comunista do Brasil (PC do B) decidiram pela estratégia de enfrentamento do regime militar no formato de um levante rural aos moldes do havido na China de Máo Tsé-Tung (GORENDER, 2014; PORTELA, 1980; MORAIS; SILVA, 2005). Cumpre expor que a região escolhida para a fixação dos militantes abordava uma faixa territorial para a qual o governo vinha fazendo grande campanha migratória, rica em terras devolutas e no profundo interior do país, compreendendo “a faixa que abrange desde Marabá, no sul do Pará, até Araguaína, então norte de Goiás, passando por Imperatriz, no sul do Maranhão, e podendo estender-se até São Félix do Araguaia, no norte do Mato Grosso” (CAMPOS FILHO, 2012, p. 103). Como estratégia, misturavam-se aos moradores, obtinham sua confiança por meio de oferta de serviços médicos, educacionais, entre outros, e contavam, dessa forma, com o apoio dos camponeses. Como de conhecimento histórico, a Guerrilha do Araguaia foi desmantelada pela atuação intensa e contínua das Forças Armadas¹ na região conhecida como Bico do Papagaio, as quais chegaram à região no ano de 1971, permanecendo a partir de 1972 até 1974. No ano de 1975 foi praticada a Operação Limpeza, cujo objetivo era a retirada de corpos, o desmonte das bases militares e quaisquer vestígios de que por ali houvera a presença e a ação repressora estatal. O Estado esforçou-se no sentido de que o episódio não chegasse ao conhecimento da sociedade e, para tanto, seguiu o processo de ameaças sobre os moradores locais, em especial os que foram compelidos à atuação como mateiros (GORENDER, 2014; AMORIM, 2014; MORAIS; SILVA, 2005).

Diversas violências foram cometidas na região, que vão desde tortura e sequestro até extermínio, ocultação de cadáveres, entre outros. Além disso, novas atualizações da violência são impetradas a partir da reafirmação das (i)legalidades das ações e tentativas de reescrita da história. Nosso objetivo é demonstrar essas violências e inferir como são reatualizadas em razão da não superação do trauma.

A exposição do ocorrido com o campesinato local cumpre o papel de demonstrar os diversos aspectos de vulnerabilidade por que passaram e os traumas decorrentes (ROSA, 2004; SCHESTATSKY *et al.*, 2003), cujas dores nunca foram superadas. Nos dias atuais faz-se dever cívico abordar tal tema como forma de (re)atualizar a barbárie brasileira, a fim de não se repetir e de fazer frente ao crescente movimento negacionista e antidemocrático instalado no país. Ginzburg (2010, p. 135) alerta: “a dificuldade de escrever sobre a tortura no Brasil está em saber que entre os jovens que ocupam hoje classes universitárias não há nem mesmo o consenso ético de que a tortura deve ser eliminada”.

Para tanto, o texto encontra-se dividido em quatro partes, além desta introdução, das considerações finais e da lista das referências bibliográficas consultadas. Na primeira parte abordamos aspectos que permitem entender o contexto da chamada Guerrilha do Araguaia e como esta funcionou como um acontecimento extraordinário na vida dos moradores locais em razão da alteração de seu cotidiano. Num segundo momento, expomos a metodologia

¹ No início das operações militares o objetivo era a captura dos militantes do PC do B. No decorrer das atividades e mediante a reação do grupo perseguido, no entanto, as Forças Armadas assumiram uma posição de caça, na condição de vivo ou morto (CARVALHO, 2004).

utilizada. Na terceira, cumprimos a parte descritiva e apresentamos uma tipologia da violência perpetrada à época, além de configurar teoricamente esse conceito. Num quarto momento fazemos uma análise teórica e inferencial de como as violências ocorridas no período ditatorial continuam a se manifestar na atualidade a partir do trauma e da impossibilidade de superação.

2 DITADURA CIVIL MILITAR E GUERRILHA DO ARAGUAIA

A violência é vivida e produzida pelo homem desde os tempos idos. Acompanha a civilização e vem sofrendo alterações, acréscimos e novas tipologias no permear do tempo. O conhecimento, portanto, quanto à sua existência não é novidade, inclusive sob a égide primeira dos suplícios públicos impingidos aos criminosos e, posteriormente, a imposição das punições (HAN, 2017). A crença de que uma violência seria instrumento capaz de eliminar outra violência segue e perpassa as guerras primais até chegar à Idade Média. Ainda que com uma nova roupagem e agregada ao pretenso valor do papel de educar, essa sequência de punições é praticada nos dias atuais mediante, por exemplo, o contido no nosso direito penal (FOUCAULT, 2014, p. 14; BRASIL, 2017)². O tipo de violência abordado neste trabalho passa, sobretudo, pela tortura e pelos efeitos posteriores a ela. Duarte e Jesus (2020) apresentam o quanto o termo tortura é palco de disputas de sentidos e é historicamente construído, e afirmam que esse dispositivo funciona como forma de controle de grupos sociais, em sua maioria das massas pobres e excluídas do país.

Esta concepção indica que a tortura constitui-se, pois, em um instrumento de gestão e manutenção da ordem, em um sistema mormente pautado por violações de todas naturezas, cujo efeito seria reprimir classe social e economicamente vulneráveis (DUARTE; JESUS, 2020, p. 138).

Apesar de o termo ser utilizado pelas autoras no contexto de analisar a situação penal brasileira numa condição de democracia, entendemos que o mesmo permite uma leitura adequada de seu uso durante a repressão civil-militar em virtude da natureza de controle social. Ainda, concordamos com o questionamento que fazem acerca da ideia de que a tortura é um crime de oportunidade, como defendido pelas Nações Unidas, ou seja, que a oportunidade favorece a sua prática, retirando a responsabilidade da estrutura social e de uma decisão política de controle de populações excluídas (DUARTE; JESUS, 2020). Nessa esteira, Jesus, Silvestre e Duarte (2021, p. 14) defendem que a tortura funciona como forma de “perpetuar desigualdades históricas no Brasil”.

A despeito de ser considerado crime, os algozes da ditadura civil-militar brasileira não foram identificados, julgados e punidos, deixando abertas feridas produzidas nas décadas de

² O nosso Código Penal é decorrente do Decreto-lei 2.848/1940. Conta com 80 anos e data da primeira metade do século passado. Sofreu alterações no decorrer do período, mas guarda os mesmos mecanismos e está pautado nas compreensões da construção de uma sociedade por demais pretérita. Não acompanhou as mudanças sociais, menos ainda as tecnológicas, que refletem nas mesmas relações sociais. Quanto à lida com os crimes, os entes criminosos e as penas, segue a crença medieval quanto à punição pela dor e privação (violência tratada com uma violência ainda maior), fala em educação, profissionalização e reinserção social para que haja ressocialização, muito embora não as pratique. O noticiário diário e as imagens publicadas sobre presídios nacionais revelam, resguardadas as proporções, porões da Idade Média com o acréscimo dos crimes hediondos praticados internamente, como as recentes decapitações de presos por presos em presídio do Nordeste do país.

repressão do sistema, e ainda na atualidade “é mais habitual ocorrer a punição de pais, mães, cuidadores, padrastos, madrastas por tortura em detrimento da responsabilização de atores públicos, como policiais ou agentes penitenciários” (JESUS; SILVESTRE; DUARTE, 2021, p. 11). Cabe ressaltar, também, que a tortura “é uma herança de nosso longo passado escravocrata e um legado da ditadura militar que a transição democrática não pode apagar” (GODOI, 2016). Assim, no lastro desses autores concebemos a tortura como dispositivo resultado de escolha política de Estado para controle de populações excluídas e passíveis de levantes. Esse foi o principal instrumento de controle da Guerrilha do Araguaia, perdendo espaço apenas para o extermínio dos envolvidos.

No lastro sequencial de enfrentamentos sociais, o país vivenciou episódio histórico perpetrado entre os anos de 1964 e 1985, conhecido como Ditadura Civil Militar. Tratou-se de um levante das Forças Armadas sob a argumentação expressa da proteção nacional da ideologia comunista que se intrincava e iria dominar o país por meio da instalação da ditadura do proletariado, oriunda da antiga União Soviética. A partir de 1º de abril de 1964, uma série de Atos Institucionais (AIs) foram publicados (na totalidade de 17)³, sendo, em cada um, sucessivamente, imposta à nação a supressão de direitos e garantias hoje normatizadas como fundamentais pela Constituição Federal (CF) de 1988 (PAIXÃO, 2020; BARK, 2020). Com base na argumentação da pretensa proteção nacional de uma iminente violência comunista, as Forças Armadas, juntamente com o grande empresariado e o latifúndio, arvoraram-se de protetoras do país na esteira de uma ditadura (CAMPOS FILHO, 2012; GORENDER 2014).

Durante todo o período de supressão de direitos e liberdades individuais (como os de ir e vir e imprensa livre) houve um sequenciamento de resistências sociais setoriais. Na medida em que a ditadura recrudescia, grupos políticos surgiam com ideais de enfrentamento e resistência, incluindo a luta armada. Jacob Gorender (2014) explicita que o Partido Comunista do Brasil (PC do B), surgido em razão de um desmembramento do Partido Comunista Brasileiro (PCB), decide pela tomada de armas e desenvolvimentos estratégicos nacionais, em zonas urbanas e rurais, no intuito de um levante nacional. Dentro desse contexto, surge a nominada Guerrilha do Araguaia.

A Guerrilha do Araguaia ocorreu na macrorregião⁴ conhecida como Bico do Papagaio, compreendida entre parte dos Estados do Goiás, hoje Tocantins, Maranhão e Pará. Tratou-se de um enfrentamento armado entre as Forças Armadas nacionais e um grupo de não mais que 70 militantes do PC do B, entre os anos de 1971 e 1975, com lastros posteriores que ecoam até os dias atuais, seja na memória, na saúde mental ou na capacidade econômica dos atingidos (GORENDER, 2004; PORTELA, 1980; MORAIS; SILVA, 2005).

³ A partir de 1964 o país passou a ter como lei máxima os Atos Institucionais que versavam sobre os poderes das esperas do Legislativo, Executivo e Judiciário. A partir do AI5, datado de 13 de dezembro de 1968, o país foi inserido em uma ditadura civil militar de aspecto vil, com a retirada das liberdades e proteções fundamentais (PAIXÃO, 2020).

⁴ A macrorregião onde ocorreu o fato histórico foi demarcada pelo município de Marabá-PA, em linha reta, na direção do sul, chegando até a região dos Caianos e, do lado do Goiás, hoje Tocantins, abarcando Xambioá, com extensão até Araguaína. No âmbito do Maranhão estendeu-se até Imperatriz. A quantidade de municípios era reduzida, expressa por Marabá, Imperatriz e Araguaína. Os demais pontos de habitação eram formados por vilas distribuídas pelo perímetro, cujos nomes estavam, normalmente, ligados aos rios ou igarapés, onde foram erigidas, como é o caso dos Veados, Perdidos, Caianos, entre tantos outros (CAMPOS FILHO, 2012).

O PC do B, no final da década de 60 do século 20, deu início ao projeto de envio de militantes para a região prévia e detidamente escolhida, com a finalidade de que lá se assentassem, adquirissem os mesmos hábitos de vida local, se misturassem àquela realidade, ganhassem a confiança da população para, posteriormente, mostrarem-se como membros de uma movimentação política e carrearem a população para o objetivo de um levante rural aos moldes do ocorrido na China de Mao Tsé-Tung. O grupo era dividido em subgrupos, de maneira que toda a área de interesse do PC do B fosse coberta. Ocorre que as forças de monitoramento ostensivo que agiam sob o mando do Estado ditatorial na investigação e perseguição de camponeses fugitivos da denominada Revolta de Trombas e Formoso-GO⁵, ocorrida em 1964, que debandaram para o interior da Região Norte e Nordeste do país, descobriram o intento ainda em seu período gestacional. Assim, em contrapartida, houve a mobilização das Forças Armadas para a região com o objetivo da captura do grupo subversivo (GORENDER, 2004; PORTELA, 1980; MORAIS; SILVA, 2005).

Os militantes do PC do B, ao tomarem conhecimento da presença militar, optaram pelo enfrentamento armado, mesmo com a consciência de que seriam mortos, o que significa enfrentamento de resistência ante a prisão e a morte. Como meio de ação, fugiram em direção à mata fechada. Um dos objetivos era colocar as Forças Armadas em desvantagem, conduzindo-as para a região de floresta, para elas desconhecida, sendo que era, contrariamente, vivenciada diuturnamente pelos militantes. Outro objetivo era afastar dos camponeses as violentas ações militares, embora fossem vitimados sem sequer terem conhecimento das razões. Tal tentativa mostrou-se inócua. Os militares desconheciam a real situação de ignorância dos camponeses quanto aos pretensos desígnios do PC do B; portanto, foram os primeiros a serem presos, interrogados e torturados. Houve assassinatos, destruição de plantações, queima de casas (eram de palha de coco de babaçu), soltura de animais, queima dos paióis que guardavam a colheita e a farinha, expulsão da terra, entre tantas outras ações (GORENDER, 2004; PORTELA, 1980; MORAIS; SILVA, 2005).

Para uma melhor exposição quanto ao lugar geográfico e da relação espaço tempo desses camponeses, cumpre expor que o grupo foi formado por migrantes dos Estados do Maranhão, Pernambuco, Bahia, Piauí, Paraíba, entre outros da região Norte e Nordeste. A corrente migratória decorre da falta de condições de vida na região de nascença. Ressalta-se que o período em questão abarca as décadas de 50 e 60 do século 20, quando, no Norte e Nordeste, havia ainda maior concentração dos grandes latifúndios, especialmente voltados para o plantio de cana de açúcar, café e cacau (CAMPOS FILHO, 2012, p. 102). Nesse contexto, àqueles que eram oriundos da zona rural cabia o papel de empregados, muitas vezes em regime de trabalho análogo à escravidão ou quase escravidão. Era muito comum que os donos

⁵ Na década de 50 do século 20 houve uma grande mobilização de enfrentamento rural nas localidades chamadas Trombas e Formoso, no Estado do Goiás. O local era habitado por inúmeros camponeses migrantes e locais que viviam do plantio e da criação em suas posses. Começaram a sofrer contínuas ameaças e expulsões por parte de grileiros que dispunham de poderio financeiro, capangas e armas. Em contrapartida, os posseiros reuniram-se em resistência, expulsaram os grileiros e fundaram o que denominaram de Estado Independente de Trombas e Formoso, com a existência de constituição própria. O líder do movimento foi o camponês José Porfírio. No ano de 1964, com o advento do golpe, essa localidade foi invadida pelas Forças Armadas sob a demanda de helicópteros e caminhões. Inúmeros camponeses foram presos, torturados, mortos e outro tanto evadiu para o interior do Norte e Nordeste do país. O Estado seguiu na perseguição de tais camponeses considerados subversivos, o que o levou à região do Araguaia e ao planejamento do PC do B.

dos latifúndios concedessem um pedaço de suas terras para que as famílias construíssem uma tapera e plantassem pequena roça em troca do trabalho na fazenda. Além da característica de exploração, nunca podiam permanecer por muito tempo, pois os proprietários temiam pela reivindicação de suas terras. Assim, eram expulsos em direção a um novo latifundiário que lhes permitisse o uso da terra pelo tempo anterior de se tornarem uma ameaça. Em suma, os camponeses eram compelidos à ausência de chão com caráter definitivo⁶ (LEMONS, 1996).

Tomados pela situação de extrema vulnerabilidade social, que não lhes conferia, sequer, a possibilidade de um local para o erguimento de suas moradias e o trabalho rural (o único que conheciam) para a sobrevivência, os camponeses seguiam para a região do Araguaia, conhecida como rica em terras devolutas, onde poderiam se apossar e sentir-se protegidos de uma possível ação externa. O estado de vulnerabilidade social dos migrantes era de tamanha monta que preferiam se submeter ao sentimento de desterritorialização impulsionados pela busca de algo melhor (HAESBAERT, 2020); no entanto, o que encontraram foi mata fechada, floresta, falta de estradas, eletricidade, escolas, hospitais, etc. Continuariam em situação de vulnerabilidade social, mas agora tinham a sensação de ter a própria terra e de pertencer a algum lugar, podendo plantar e criar seus animais.

Nesse segundo momento de vulnerabilidade social, quando buscavam romper com a sensação de perda de suas referências regionais, crenças e culturas, bem como desenvolviam o sentimento de pertencimento sustentado pelas similitudes, os camponeses conduziram as várias famílias para a localidade. Foi nesse tempo, em que tinham realizado a conquista da terra, da casa, da roça, dos animais de criação, que as Forças Armadas chegaram na região. Apesar do caráter desumano, da certeza de estarem desprovidos da realização de serviços básicos, como energia elétrica, escola, hospital e estradas, havia uma inegável conquista, a da posse da terra e a de poder produzir em família e para a família a fim de suprir a necessidade primeira: a alimentação. A chegada das Forças Armadas pôs fim a essa segurança.

Conforme já exposto, o estágio de vulnerabilidade social era composto pelo distanciamento das ações estatais básicas. O grupo ficava localizado em região inhóspita, em posição de isolamento total, como exilados dentro de seu próprio país. A maioria desses camponeses não tinha certidão de nascimento. O casamento, como muitos afirmam, era feito “no padre”. Nesse quadro, certamente não tinham conhecimento do momento político pelo qual o país passava, desconhecendo o que era uma democracia, ditadura ou o que significava ser comunista. Estavam todos imbricados numa tarefa de muito maior importância: a sobrevivência ante a omissão social do Estado (BORGES, 2020).

⁶ Francisco Assis Lemos foi um deputado federal da Paraíba, professor universitário, que apoiava a reforma agrária. Mantinha, portanto, posicionamentos políticos e ideológicos diferentes do poderio vigente. Por ocasião do golpe civil militar foi preso, demitido da universidade da Paraíba e teve seus direitos políticos cassados. Em uma entrevista pessoal, também com o objetivo de instrução de seu requerimento de anistia, declarou que, na sua prisão, foi levado para um local ermo, pendurado numa galhada de árvore na posição de pau-de-arara, sofrendo ameaças dos militares: ameaçavam a sua família, faziam pressões psicológicas com xingamentos e ofensas. Em dado momento retorceram um chumaço de jornal que foi inserido em seu ânus, colocando fogo em seguida. Deram o nome da tortura de “charuto cubano”.

3 METODOLOGIA

Trata-se de um artigo descritivo-analítico que tem por objetivo versar sobre a tipologia de violência/tortura perpetrada durante as ações de combate à Guerrilha do Araguaia a partir de dois eixos de leitura: no primeiro, as narrativas colhidas dos camponeses do Araguaia⁷ por ocasião de entrevistas para instrução de requerimentos que tramitaram pela Comissão de Anistia⁸; no segundo, os depoimentos de militares atuantes durante as operações, encontrados em obras literárias, além de documentos oriundos de pesquisas científicas e jornalísticas, incluindo os que tratam de ofensivas, locais, datas, aparato instrumental e objetivos das operações militares perpetradas, tornados oficiais via inclusão no Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade⁹.

O trabalho descritivo-analítico propõe-se a um ensaio com descrição e análise de informações compiladas a partir dos dois eixos citados, que recolheu materialidade qualitativa permitindo estabelecer uma tipologia da violência. É importante ressaltar que as entrevistas dos camponeses do Araguaia foram lidas a fim de estabelecer categorias com base na análise de conteúdo (BARDIN, 2016) em razão da repetição dos fatos relatados, evidenciando os tipos de dispositivos de violência mais comuns. Não apresentamos como materialidade de pesquisa as enunciações dos camponeses em razão de não termos solicitado autorização para tanto durante a coleta das entrevistas, e, apesar de os processos poderem ser acessados no sistema judicial, preferimos resguardar os camponeses.

⁷ Uma das autoras deste texto, na condição de advogada de centenas de camponeses e ex-combatentes envolvidos na denominada Guerrilha do Araguaia, entre os anos de 2013 e 2015, realizou entrevistas com 700 pessoas. As entrevistas foram feitas nos municípios de Palestina do Pará, São Domingos do Araguaia, Marabá, São Geraldo do Araguaia, todos no Estado do Pará, além de Xambioá e Tocantinópolis-TO. As entrevistas foram convertidas em gravações de mídia DVD, passaram pela transcrição parcial e pela feitura de Relatório Biopsicossocial. A maior parte desse material foi juntada aos requerimentos de anistia em tramitação ou protocolados na Comissão de Anistia do Ministério da Justiça – Comissão da Paz.

⁸ A Comissão de Anistia foi criada com base em Medida Provisória que regulamentou o artigo 8º dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1888 no final do governo Fernando Henrique Cardoso. Após passar por outra MP, foi publicada a Lei 10.559/02 que a rege. A Comissão de Anistia tinha o objetivo de receber de outros órgãos, além de processar, por meio de novos requerimentos com pedido da declaração da condição de anistiado político, os seus respectivos direitos, sendo o pecuniário de maior evidência.

⁹ A Comissão Nacional da Verdade foi criada no governo da Presidente Dilma Rousseff, pela Lei 12.528 de 2011, como resultado da condenação sofrida pelo Brasil no Tribunal Internacional de Direitos Humanos. O objetivo foi investigar todos os atos perpetrados pelo Estado durante a ditadura civil militar e trazer ao conhecimento da população a memória e a verdade, considerando, inclusive, tratar-se de um direito fundamental garantido pela CF. Para além do objetivo específico, vale ressaltar que a Memória e Verdade é um dos quatro eixos que compõem a Justiça de Transição, a qual cumpre o papel de conduzir o país do Estado ditatorial ao de democrático de Direito. A criação da CNV sofreu grande rechaço por parte de grupos militares considerados radicais, que a entenderam como ato de revanchismo. Essa compreensão repercutiu negativamente no governo Dilma, o que foi confirmado por ocasião do seu impedimento. Vale ressaltar, ainda, que o início da transição democrática nacional não foi marcado por uma ruptura ideológica, mas, sim, por um acordo de cúpulas políticas, civis e militares que decidiram por uma mudança lenta, gradual e segura. Dentro desse acordo havia a garantia de que os agentes estatais jamais seriam responsabilizados por seus atos, ainda que considerados, aos olhos dos direitos internacionais e dos tratados de Direitos Humanos recepcionados pelo Brasil, como crimes de lesa humanidade, em suma, de caráter imprescritível (FIGUEIREDO, 2015). Os documentos militares utilizados para o presente trabalho encontram-se no Volume I, parte IV, capítulo 14 do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (CNV, 2014), entregue ao governo em dezembro de 2014.

4 VIOLÊNCIAS PERPETRADAS SOBRE OS CAMPONESES DA GUERRILHA DO ARAGUAIA

Nos depoimentos dos camponeses, identificamos uma gama tipológica de violências já narradas na literatura como forma de contenção dos considerados comunistas, mas pouco citada em seu emprego contra os camponeses. Fazemos uso da compreensão de violência proposta por Han (2017), que oferece uma topologia e sua alteração ao longo da história, identificando suas características e mudanças.

O primeiro tipo Han (2017) denominou de “violência soberana”, marcada, principalmente, pelo uso do palco e do palanque como forma de reafirmar o poder do soberano. Conforme Han (2017), um exemplo da violência soberana era a luta dos gladiadores, que cumpria três funções: (i) diversão das massas, ao propor jogos públicos de lutas; (ii) palco político, em que as figuras públicas ganham visibilidade e reafirmam sua identidade; e (iii) reafirmação do poder, em que “a pomposa encenação da violência mortal manifestava o poder e o domínio do governante, que lançava mão da simbologia do sangue” (HAN, 2017, p. 19). No caso da Guerrilha do Araguaia, com a demonstração pública de mando, as forças armadas e o governo ditatorial reafirmavam seu poder por meio de estratégias intimidadoras à população local. Cabe ressaltar que tal violência soberana, além das características do “palco”, ganhou estratégias que se enraizaram na comunidade produzindo efeitos que perpetuam o sofrimento até os dias atuais.

Esse tipo de violência é inteiramente percebido nas ações de combate durante a ditadura civil-militar brasileira e, mais especificamente, na região do Araguaia, em que foi utilizada exposição de corpos e cabeças para impor uma moral de Estado. Não esqueçamos que se tratava de região brasileira isolada e distante, cujas atrocidades eram pouco conhecidas do grande público e mídia. Assim, na localidade, identificamos o uso desse tipo de violência soberana, mas que vem escondida do resto da sociedade. Han (2017) identifica essa característica nas atrocidades cometidas nos campos de concentração nazista: “em vez de uma encenação ostentatória a violência se esconde envergonhada” (p. 20).

A violência utilizada sobre os camponeses do Araguaia foi a soberana, ainda que envergonhada, posto que escondida do resto do país, produzindo inúmeras consequências para suas vítimas. Maltratar, decapitar e expor os capturados era parte cotidiana das ações relatadas pelos camponeses: era a “simbologia do sangue”.

Han (2017) mapeou, ainda, dois outros tipos de violência: (i) baseada em Foucault, a disciplinar, marcada por vigilância, esquadrinha do tempo e espaço, mas que ainda exigia o lugar de um controle pela força; e (ii) de quadro tipológico, a violência do desempenho, que é sutil, psicológica e faz com que o sujeito incorpore em si os valores dos que o dominam, obedecendo cegamente. A violência migra para “espaços subcomunicativos, subcutâneos, capilares, intrapsíquicos” (HAN, 2017, p. 21). Esse último tipo de violência não foi utilizado à época da Guerrilha, mas podemos identificá-lo atualmente a partir da perpetuação do sofrimento dessas pessoas e pelo trauma instituído, sendo um tipo em que “a violência física se interioriza tomando a forma de um conflito interior, um domínio psíquico que se apropria do sujeito” (FÁVERO; FÁVERO, 2018, p. 636-637), o que abordaremos no próximo tópico.

Para a construção desta parte optou-se pelo uso de categorias constituídas a partir de uma análise de conteúdo estabelecida pela repetição nos depoimentos, conforme mostra o Quadro 1, com a indicação das referências bibliográficas que incluem depoimentos de militares que atuaram na região e a referência às narrativas dos camponeses nos processos de anistia. Vale ressaltar que a gama de ações violentas praticadas atingiu toda uma macrorregião composta por municípios e dezenas de vilarejos, e não apenas aqueles citados. Além disso, cabe citar que todas as categorias identificadas são compreendidas pelo viés de “violência soberana”.

Quadro 1 – Tipologia de violência perpetrada aos camponeses

Tipo	Descrição
Prisões em buracos	Buracos feitos no chão com profundidade que impedia a fuga, local onde eram colocados os presos.
Prisão e expulsão da terra	Os camponeses, além de serem presos, eram expulsos de suas terras e perdiam as roças e animais, o que impedia a produção do sustento familiar.
Mateiros ou guias	Obrigavam os camponeses a cumprir a função de mateiros e guias na busca pelos “comunistas”.
Assassinatos, degolas, bombas de napalm e Curupira	Foi utilizado o extermínio como forma de controle do levante.

Fonte: Organizado pelas autoras a partir de revisão.

Inicialmente, salientamos que houve uma desproporção de forças utilizadas, na qual o poder dos guerrilheiros era ínfimo quando comparado ao das forças armadas, e, ainda, quando posto na relação com os camponeses vítimas do processo, identificamos que, mais que uma guerrilha, o que aconteceu foi um massacre promovido pelas forças de Estado. Os guerrilheiros e camponeses foram submetidos a um aparato estatal de força armada e contingente humano muito superior. Muitos dos militares entrevistados e ouvidos pela justiça afirmaram que os militantes do PC do B contavam com armamento pesado, oriundo da China e de Cuba, ainda que de muito menor calibre que o dos militares. De outro lado, os camponeses e os próprios militantes sobreviventes afirmam que utilizavam armamento comum, nacional. Inclusive, há registro feito pelo ex-militante do PC do B, membro da guerrilha, preso nos primeiros momentos de perseguição, José Genoíno Neto, de que, quando avistavam na mata helicópteros das Forças Armadas, deveriam abrir fogo; não o faziam por saberem que a resposta seria absurdamente violenta e desproporcional, de forma a aniquilá-los (PORTELA, 1980).

As práticas no Araguaia, em virtude da desproporção de forças e da violência das ações, desconstroem a nomenclatura “guerrilha” forjada, aderida e até os dias de hoje utilizada. Com o decorrer das décadas, alguns militares passaram, compelidos pelos depoimentos judiciais ou não, a falar um pouco mais sobre o assunto, embora de maneira insuficiente. Uma dessas pessoas é o coronel Pedro Cabral, atuando diretamente na operação de retirada de corpos da área, a chamada “Operação Limpeza”, que afirmou que as ações praticadas, excetuando as iniciais, se tornaram verdadeiras caçadas, pois procuravam pessoas na mata como procuram-se por animais para o abate (MORAIS; SILVA, 2005).

Para além desses fatos, cumpre expor que o contingente humano destacado para as operações militares era muitíssimo maior que o número de 70 militantes do PC do B, objeto das ações, sendo maior até mesmo que a quantidade de habitantes de toda a região. Estima-se o total de mais de 10 mil homens distribuídos no decorrer das operações, destacados de várias localidades do país (Brasília, Manaus, Belém, Maranhão, Rio de Janeiro, Goiás), além de pequena (em contingente) contribuição estrangeira, que se deu no aspecto logístico de selva e métodos de torturas (MORAIS; SILVA, 2005). O tamanho da força utilizada para acabar com o movimento era proporcional à tentativa de exercício de poder do Estado brasileiro. Han (2017, p. 45) estabelece relação entre violência e poder, discutindo como a sensação das mortes e sangue aumentam a sensação de grandeza de um grupo. Ao analisar os nativos das Ilhas Marquesas, o autor verifica que acreditam que o *mana*, fluido misterioso que sai do morto e vai para o corpo do vitorioso, perdura como mitologia em grupos que fazem uso da violência. Nesse sentido, estabelece uma “economia arcaica da violência”: quanto maior o poder destrutivo, maior o sentimento de invulnerabilidade e de poder. Apesar da crença, Han (2017) discute o quanto poder e violência são diferentes.

Inferimos que a violência perpetrada aos povos do Araguaia é típica de uma violência estrutural do país endereçada, desde a época colonial, às populações pobres e marginalizadas, com o intuito de controlar e docilizar os corpos considerados “desviantes” da ordem imposta socialmente; assim, a ditadura oferece a lupa que permite a visualização ampliada da violência que se encontra na base da nossa sociedade e se manifesta na luta de classes, e que continua presente nas socialidades cotidianas.

A primeira tipologia proposta ocorria por “*prisões em buracos*” na Base Militar de Xambioá/TO. Essa modalidade de tortura consistia em manter os presos dentro de um buraco com profundidade de, aproximadamente, dois metros, cobertos por fieiras de arame farpado (PORTELA, 1980, CARVALHO, 2004). Esse buraco é mencionado por vários camponeses mantidos presos no município de Xambioá-TO, dentre os quais destacamos os depoimentos do senhor Euclides Pereira de Souza, conhecido por Beca¹⁰, e do senhor Antônio Alves de Souza, conhecido como Precatão. Ambos ficaram presos por meses na Base Militar de Xambioá, situada na Fazenda do São Sebastião, de propriedade do senhor Sebastião Gomes dos Santos, às margens do Rio Araguaia. Declararam, em entrevistas colhidas com o objetivo de instrução processual¹¹, todas anexadas aos requerimentos de anistia de número 2004.01.47120 e 2004.01.44471, respectivamente, tramitados pela Comissão de Anistia – Comissão da Paz –, quando ainda no Ministério da Justiça, sobre a existência desse mesmo buraco, com dimensões aproximadas de 2 metros x 3 metros e 2 metros de profundidade, todo coberto com arame farpado cruzado. Fazem menção a momentos em que esses buracos ficavam cheios de água da chuva, apinhados de camponeses presos, além da existência de urina e fezes, uma vez que não tinham outro local para as necessidades fisiológicas. Ademais,

¹⁰ O senhor Beca foi entrevistado por vários jornalistas e suas narrativas diversas estão presentes em filmes e documentários. Foi um dos camponeses que mais vivenciou as violências praticadas pelo Estado. Apesar disso, teve seu requerimento indeferido pela Comissão de Anistia com a argumentação de falta de provas.

¹¹ Os senhores aqui mencionados fazem parte do grupo de 700 entrevistados com objetivo de instrução processual, cujas datas e locais foram, posteriormente, mencionados em nota de rodapé. Os requerimentos de anistia encontram-se sob a responsabilidade de uma das autoras.

narram sobre um poço no qual eram colocados os presos com água até o pescoço, sendo obrigados a permanecer nesse local por inúmeras horas.

Esse tipo de violência e as próximas que serão citadas, além de reforçarem o poder soberano do Estado ditatorial, funciona, de acordo com o exposto por Palhares e Schwartz (2015), ao citarem Galtung, como violência direta, ou seja, aquela que é fácil definir em razão de sua materialidade, podendo ser expressa pela linguagem. Assim, procede de uma violência claramente identificável, pois trata-se de uma agressão física com o intuito de provocar dor, humilhação e exposição, tendo em sua base requintes de crueldade.

Com relação à tipificação “*Prisões e expulsão das terras*”, a chegada dos militares na região aconteceu de maneira simultânea com a partida de vários pontos estratégicos em direção aos locais que tinham como objetivo. Caso contrário, seria desconstruído o elemento surpresa com o qual contava o aparato estatal. Desse modo, centenas de prisões aconteceram de forma simultânea e em localidades diferentes (CARVALHO, 2004; CAMPOS FILHO, 2012; MORAIS; SILVA, 2005).

O coronel Lício Maciel¹², em entrevista tornada livro (CARVALHO, 2004), afirma que, já em 1971, muitas prisões aconteceram na região, mas sem precisar quantas. Alega, ainda, que, após interrogatório, todos foram soltos por tratar-se de pessoas comuns da região, sem identificação ou consciência em relação a qualquer atividade política local. A partir de 1972, conforme afirma o coronel Madruga (CARVALHO, 2004), cerca de 300 pessoas foram identificadas como pertencentes ao que as Forças Armadas denominaram “rede de apoio” dos ditos terroristas. Segundo o coronel, todas essas pessoas foram retiradas de seus locais de vivência e trabalho, conduzidas para outra localidade, acomodadas em barracas por agrupamento familiar, recebendo alimentação, certidão de nascimento, casamento e demais assistências. Conforme a narrativa de Arroyo (2009), no entanto, as tropas militares ingressaram na região em grande movimento e contingente de pessoal, utilizando várias localidades distintas como ponto de partida, quando perpetraram o terror sobre as massas, “prenderam quase todos os homens válidos das áreas em que atuávamos. Deixaram nas roças só as mulheres e as crianças”, posto que muitas pessoas foram espancadas, “queimou casas e paióis”, o que os conduziu ao estado de loucura (CARVALHO, 2004, p. 125).

O padre Roberto de Valicourt, preso na primeira operação militar, afirma que 300 pessoas foram presas em São Domingos das Latas. Estava hospedado numa residência local e a todo momento chegavam vizinhos com as notícias de novas prisões. Os presos de São Domingos¹³ eram levados para tortura na Base da Bacaba¹⁴, enquanto suas esposas e filhos ficavam em desespero e desassistidos (MORAIS; SILVA, 2005). No livro de autoria do repórter

¹² O coronel Lício Maciel atuava na Guerrilha do Araguaia sob o codinome de doutor Asdrúbal. No livro referenciado, explica ao autor que esse codinome é resultado de uma brincadeira com sua mulher. Durante as operações militares os oficiais, tenentes e agentes da inteligência e tortura utilizavam codinomes (CARVALHO, 2004).

¹³ Durante a Guerrilha do Araguaia, o atual município de São Domingos do Araguaia era uma vila pertencente ao município de Marabá, cujo nome era São Domingos das Latas. Fica localizado, aproximadamente, a 50 quilômetros de Marabá e 120 quilômetros de Xambioá-TO, município às margens do Rio Araguaia que faz divisa com o Pará.

¹⁴ A Base Militar da Bacaba foi instalada na localidade de mesmo nome. Ficava próxima à então Vila de São Domingos das Latas, motivo pelo qual os seus presos passavam pelo local. Foi uma das bases com maior índice de presos e de práticas de tortura, embora a Base de Xambioá e o DNER de Marabá, hoje conhecida como a “Casa Azul”, ou a “casa do Terror”, sejam reconhecidos como os maiores locais de tortura do país.

Leonêncio Nossa, cujo tema principal é a participação do major Curió na Guerrilha do Araguaia, o autor apresenta, entre as várias entrevistas, a fala do camponês João Crisóstomo Neto, que narra com detalhes as cinco vezes em que foi preso e levado para prestar depoimentos na Base Militar de Xambioá¹⁵, chegando a elencar vários nomes de conhecidos que encontrou na mesma situação nessa base (NOSSA, 2012).

Em outubro de 1973 foram presos 163 camponeses dentre os 203 nomes constantes em uma listagem compilada pela inteligência militar, sob a acusação de darem apoio aos militantes do PC do B (AMORIM, 2014). Cabe ressaltar que, além das sucessivas investidas de violência sobre os camponeses, que se expressam por um lado como reforçadoras da soberania do Estado e como agressão direta, funcionam também como violência estrutural, posto que atingem grupos sociais vítimas da desigualdade estrutural do país com relação à educação, saúde e até alimentos: “O problema, na violência estrutural, não está no fato de as pessoas possuírem poucos recursos, mas no poder dos ricos para inclinar o uso de recursos do mundo em seu benefício” (PALHARES; SCHWARTZ, 2015, p. 19). Apesar de ser mais fácil identificar a violência direta nesses relatos, é importante ressaltar que, subjacentes a todas essas violações, já existiam outras de caráter permanente. Citado por Palhares e Schwartz (2015, p. 19), Galtung assevera: “A violência pessoal representa mudança e dinamismo [...] A violência estrutural é silenciosa, não se mostra – é essencialmente estática, assim como águas tranquilas”.

Com relação aos “*Mateiros ou guias*”, a partir do final de 1972 até o final do primeiro semestre de 1973, em virtude do insucesso das operações pretéritas, as Forças Armadas praticaram o que nominaram de “trégua”. Nesse período, atuaram com um programa de infiltração de agentes governamentais disfarçados de camponeses, andarilhos e trabalhadores esporádicos, além de manterem agentes em instituições como o Inbra, na campanha de erradicação da malária e nas Ações Cívico Sociais (Aciso)¹⁶ (CAMPOS FILHO, 2012; MORAIS; SILVA, 2005). Parte da população foi recrutada para trabalho de abertura de estradas, construções de pequenas pontes e obras afins (CARVALHO, 2004; CAMPOS FILHO, 2012).

Na obra de Carvalho (2004), o coronel Lício Maciel faz a narrativa de parte de uma missão em que, da conhecida Casa Azul situada em Marabá-PA, foi encaminhado para São Domingos das Latas com a informação de que guerrilheiros que atacaram o posto da Polícia Militar tinham seguido naquela direção. Ao chegar na vila, constatou que havia “pisadas” de dois dias, tendo de entrar na mata para cumprir o ato persecutório. Assim, convocou camponeses locais para a tarefa, porém, diante da negativa de todos, juntou mulheres e crianças – “levei aquele mundo de gente, as mulheres gritando” – e ameaçou obrigar todos a ingressar na mata em ação de guerrilha. Diante da situação posta, alguns homens se manifestaram: “Olhe,

¹⁵ A Base Militar de Xambioá, conforme depoimentos dos camponeses citados no presente trabalho, além de suportar torturas contumazes, era uma das maiores em dimensão. Ao lado da fazenda onde fora instalada havia um vasto campo desmatado à base de machado, que era chamado de aeroporto. Isso permitia grande fluxo de aeronaves diversas, desde helicópteros até as que transportavam veículos.

¹⁶ As Ações Cívico Sociais foram introduzidas na região do Araguaia como forma de amenizar o impacto da presença das Forças Armadas na região. Cumpriam a necessidade de fazer com que o Estado e os militares ganhassem a confiança dos locais. Levavam o Estado ao cumprimento de seu dever de assistência a toda população. As ações também serviram para facilitar o acesso aos militantes do PC do B, via construção de estradas, pontes, entre outros, o que também serviu de grande chamariz aos grileiros, que passaram a tomar o lugar e expulsar os camponeses posseiros (CAMPOS FILHO, 2012).

doutor, nós aceitamos, nós vamos de guia e o senhor libera o resto” (CARVALHO, 2004, p. 138-139).

Entrevistas efetuadas com os camponeses Raimundo Torres da Silva e os irmãos Antônio Carlos Vieira Bezerra, Adailto Vieira Bezerra e Adalton Vieira Bezerra, com o objetivo de instrução processual, cujo material consta protocolado em seus requerimentos, respectivamente, sob números 2012.01.71622, 2005.01.51643, 2005.01.51674 e 2005.01.51670, tramitados pela Comissão de Anistia – Comissão da Paz –, quando ainda sob responsabilidade do Ministério da Justiça¹⁷, mostram que os camponeses presos, torturados fisicamente ou não, desde que residissem há mais tempo na região e detivessem maior conhecimento da mata, eram escalados para atuar como guias ou mateiros. Esses camponeses seguiam na linha de frente das tropas militares com a função de “fazer a leitura” dos sinais da mata (pegadas, barulhos) e colocar o grupo no rastro dos militantes do PC do B. Muitos ficavam nas bases militares, mesmo quando retornavam da mata. Quando tinham autorização para ver a família, isso acontecia, no máximo, de um dia para o outro, e, em muitas ocasiões, o próprio exército levava e buscava o camponês.

Sem poder de escolha, os camponeses eram compelidos a essa tarefa, quando passavam dias, semanas, na mata, inseridos em um contexto de perseguição e combates de guerrilha para os quais nunca foram treinados. Houve muito adoecimento por pneumonia e outras doenças decorrentes dos maus tratos militares e da mata. Durante o enfrentamento, já na segunda metade, quando as Forças Armadas atuavam com a expulsão de moradores de suas localidades para novas demarcações, aos camponeses eram prometidas novas áreas de terra se atuassem na condição de mateiros. Segundo os relatos camponeses dos irmãos Antônio Carlos, Adailton e Adalton Vieira Bezerra, anteriormente mencionados, muitos nunca viram essas terras; os que viram logo as abandonaram, porque eram demasiadamente ruins para o plantio, além de serem terras vazias de tudo. As condições em que esses camponeses se encontravam eram muito piores que as de quando migraram para o Araguaia. No contexto da ida para a região, além de recursos financeiros, ainda que poucos, para a edificação de nova vida traziam a moral imaculada, asoberbada pela esperança de uma vida nova, à medida que, após a guerrilha, não estavam dotados do mínimo recurso financeiro, moral, de ânimo, saúde física ou mental.

Para completar a saga de inúmeras formas de violência, os “*Assassinatos, degolas, bombas de napalm e Curupira*” foram utilizados como forma de controle da situação. Com a baixa moral e a inabilidade das tropas, a resistência dos militantes, o posicionamento dos camponeses e o objetivo militar conduziram as operações a ações recrudescidas. Da perseguição e captura passaram ao enfrentamento de morte para, no passo seguinte, começar a matar militantes mesmo depois de presos. Em suma, tratava-se de ação determinada e consciente de extermínio. Um desses episódios diz respeito à Walquíria, conhecida como Walk, última militante capturada e presa na Base de Xambioá. Segundo narrativa do

¹⁷ Quando foi criada, a Comissão de Anistia funcionava no Ministério da Justiça, onde permaneceu até o dia 1º de janeiro de 2019, primeiro dia de governo do presidente Jair Messias Bolsonaro, ocasião em que, por força de Medida Provisória, migrou para a pasta da Mulher, Família e Direitos Humanos, sob a responsabilidade da ministra Damares Regina Alves. Durante o momento em que permaneceu dentro do Ministério da Justiça, esteve também ligada, diretamente, ao Gabinete da Presidência da República.

camponês Adailton Vieira Bezerra, que foi obrigado a atuar como mateiro e depois auxiliar em serviços de enfermagem, a militante estava presa, amarrada por ambas as mãos durante dias. Havia chegado muito fraca e a ele ficou a incumbência de aplicar-lhe vitaminas e demais medicamentos. Após uma sequência de inúmeros interrogatórios, quando era questionada sobre o paradeiro de quatro pessoas, mas manteve-se calada, numa tarde, todos os soldados, recrutas e demais presentes, receberam ordem para que se afastassem daquele perímetro e, ao retornarem, a prisioneira não estava mais presente (MORAIS; SILVA, 2005; AMORIM, 2014).

Outro camponês, de nome Raimundo Nonato, que fora guia do exército, narra ao repórter Carlos Amorim que Walk foi mantida presa sob sua vigília, amarrada durante três dias a um pé de jacarandá. Raimundo recebeu a ordem de dois tenentes para que cavasse um buraco e, na sequência, se ausentasse. Quando pôde retornar, cerca de 1 hora após, a prisioneira já não mais se encontrava e a vala estava coberta de terra (AMORIM, 2014, p. 483).

Outra situação de violência extremada, ainda que para uma situação intitulada de guerrilha, foi a sucessão de degolamentos, com cabeças de guerrilheiros decepadas e levadas para reconhecimento dos próprios camponeses e demais militantes do PC do B. Além das degolas, houve a retirada das mãos, que eram conduzidas para Brasília para serviço de reconhecimento (PORTELA, 1980; CARVALHO, 2004). Assim como vários camponeses mantidos na Base Militar construída em Xambioá, destacamos a fala, em especial, do senhor Félix Francisco Teixeira, conhecido como Dotorzinho, cuja entrevista foi realizada com o intuito de instrução ao requerimento de número 2004.01.47131, tramitado pela Comissão de Anistia – Comissão da Paz –, no Ministério da Justiça, que declara que, após várias sessões de tortura, colocaram à sua frente uma cabeça, afirmando ser de um de seus “colegas terroristas”, quando a reconheceu como sendo o Ari, um dos militantes do PC do B.

Para além das prisões mantidas nas diversas Bases Militares espalhadas por toda a região do Araguaia, em determinados períodos os camponeses foram obrigados a manterem-se presos dentro de suas próprias casas¹⁸. A determinação era no sentido de não saírem para as roças tampouco para os afazeres que circundavam a casa, nem mesmo sair para as necessidades fisiológicas. Com a não existência de banheiros dentro de casa, não havia como tomar banho ou cuidar da higiene pessoal sem se deslocar para buscar água. Os banhos, muitas vezes, aconteciam diretamente nos leitos dos rios, em conjunto com o ato de lavar as roupas. Há depoimentos de camponeses em que são mencionadas latas com urina e fezes mantidas dentro de casa. Esses camponeses estavam situados nas denominadas zonas de conflito, ou seja, região na qual foram concentradas operações de busca e caça aos guerrilheiros. Entre as ações das forças armadas, era comum o sobrevoo de helicópteros com metralhadoras apontadas para baixo (o que explica a necessidade de os camponeses ficarem confinados dentro de suas casas, sem poder recorrer ao rio para suas necessidades de higiene); também era permanente atirarem no que se movia na mata, havendo até a

¹⁸ Conforme narrativa dos camponeses mencionados no presente trabalho, muitos ficavam presos em casa em virtude dos infinitos disparos de metralhadora, perseguição armada nas imediações de suas localidades de residência e trabalho, além de também servirem de chamariz para os militantes do PC do B. Soldados escondiam-se nas imediações da casa e ficavam à espera de que os militantes recorressem aos moradores para pedir comida ou outro tipo de auxílio, ocasião em que seriam emboscados.

dispersão de bombas com fragmentos de napalm (AMORIM, 2014), um componente químico com alto teor de inflamabilidade, cuja utilização em bombas era proibida.

No início da perseguição os militares não sabiam exatamente quem estavam procurando¹⁹, encontrando resistência armada, ainda que em muito menor proporção. Por outro lado, estavam em local que lhes era desfavorável por tratar-se de área de mata fechada, fora do alcance de suas vivências cotidianas. Apesar de muitos dos soldados serem oriundos de pequenas cidadelas do interior, não guardavam experiência de luta, muito menos de luta dentro da selva. Além das dificuldades naturais, com base nas suas próprias culturas, depararam-se também com o peso de credices e misticismos que elevaram vários dos militantes do PC do B, como o Oswaldão e a Dina, ao *status* folclórico, lendário. Muitos tornaram-se figuras com poderes sobrenaturais (PORTELA, 1980). Conforme narrativa do camponês Antônio Alves de Souza (Precatão), o militante conhecido como Oswaldão era um homem negro muito alto, forte, extraordinário conhecedor da área de mata, que havia passado por treinamento de guerrilha no exterior, muito bem relacionado e respeitado pelos camponeses pela sua bondade, educação e porte. Consta que seus sapatos eram feitos diretamente por um sapateiro em virtude do tamanho dos seus pés e que, numa dessas encomendas, o sapateiro teria confeccionado um sapato cujas pegadas ficavam ao contrário, o que seria uma técnica para enganar os militares. Nesse sentido, para o consciente e o inconsciente daquela coletividade, tratava-se do Curupira.

Abordamos, anteriormente, a topologia da violência proposta por Han (2017), que define, de forma geral, as categorias aqui apresentadas como “violência soberana”. Acrescentamos à análise a leitura de Galtung trazida por Palhares e Schwartz (2015), que nos apresenta a violência direta e a estrutural complementada pela violência cultural, a qual é compreendida como aquela que faz com que as pessoas criem que as duas primeiras sejam corretas. Esses três tipos formam o “triângulo de Galtung”, no qual a violência direta é aquela que é visível e passível de identificação clara, como as que enumeramos aqui. Por outro lado, as violências estrutural e cultural são invisíveis e de difícil identificação, apesar de haver fluxos de sustentação entre elas.

Para fechar nossas conjecturas, vamos abordar mais um campo dessa invisibilidade, que ocorre pela via da não reparação das violências infligidas.

5 PERPETUAÇÃO DO SOFRIMENTO E TRAUMA

O grupo de camponeses do Araguaia traz uma historicidade de vulnerabilidades e estresses decorrentes das dificuldades diárias, seja no âmbito individual ou da coletividade imediata a que pertence. Cumpre ressaltar que as dificuldades diárias referendadas são suportadas pela maioria das famílias oriundas e residentes em um país em desenvolvimento e marcado por múltiplas violências estruturais. Igualmente sabemos, no entanto, que há uma parcela da população que suporta carga maior em razão da desigualdade social e

¹⁹ Os militares seguiram os rastros dos camponeses que atuaram na Revolta de Trombas e Formoso. Com isso, tomaram conhecimento de movimentação subversiva na região do Araguaia. No início, todavia, ainda não tinham conhecimento de quem e quantos eram. Somente a partir da prisão e tortura de centenas de camponeses, paralelamente à continuidade das investigações, e, em especial, da prisão e tortura de Pedro Albuquerque, um dos militantes que se evadiu com a esposa grávida, é que puderam elaborar fotos, cartazes e distribuí-los pela localidade (CNV, 2014; CARVALHO, 2004).

falta de oportunidades, sendo esse o local onde se encontram os camponeses do Araguaia. A condição secular, por outro lado, propicia-lhes outras capacidades/condições, como a do silenciamento, que pode sugerir força e capacidade de suportar adversidades.

Dentro do tema ditaduras, a história constrói, guarda e continua a construir registros sobre as várias formas de violências perpetradas pelos governos então vigentes. A violência mais comumente expressa, cujo alcance atinge esferas profundas, de caráter filosófico e prático, é a que toma para o Estado a liberdade de ir e vir, a qual, como resultado, é capaz de matar – no sentido mais amplo do termo – a alma humana. Outra violência igualmente poderosa quanto à capacidade de provocar adoecimento e suas variáveis diz respeito à tortura. Essa segunda modalidade carrega ainda a possibilidade de atingir o físico e o psíquico, quando não a ambos. Simultaneamente, nesse lastro, as violências praticadas na denominada Guerrilha do Araguaia apontam para a presença de agentes estressores em alto grau, até então desconhecidos pelo grupo. Merece ressaltar o fato de essas violências surgirem da força armada, pelo lanho na carne, a ameaça física de suas famílias, em suma, ações que se tornaram portais para traumas.

As entrevistas efetuadas com os camponeses do Araguaia, com o objetivo de instrução processual²⁰, revelam inúmeras atrocidades, entre elas que menores sofreram prisões; quando da prisão dos maridos, várias mulheres e filhos saíram das terras e ficaram acampados nas imediações das Bases Militares, dormindo sob lonas ou galhos e folhas, passando fome ou sendo compelidos ao trabalho gratuito na base em troca de alimentos e poder ver o esposo. Mulheres foram estupradas, casas foram saqueadas, ainda que fossem abastecidas com poucos pertences considerados de valor (sanfona, espingarda, algum volume em dinheiro). Em muitas ocasiões durante os diversos acampamentos militares ocorridos nos “terreiros” das casas, toda a reserva alimentar para meses da família, bem como galinhas e porcos, foi consumida pelos militares sem reembolso e de forma obrigatória, o que deixava os camponeses em situação de penúria e fome. Muitos dos camponeses que foram compelidos à atividade de mateiro ou guia, quando retornaram para as casas, estavam impossibilitados para os trabalhos na roça e necessitaram de tratamento de saúde durante meses; alguns deles nunca mais recuperaram a saúde e puderam retornar ao trabalho na roça. Muitas mulheres gestantes perderam seus filhos em processos de aborto ou nascimento precoce, bem como tiveram graves problemas de saúde em decorrência de romper o resguardo; crianças recém-nascidas faleceram em virtude da impossibilidade de sair de casa para buscar uma vizinha curandeira, ervas medicinais ou ir até a vila ou município mais próximo. Muitas das famílias expulsas de suas terras, quando do retorno, encontraram outras famílias assentadas pelo Incra e perderam a moradia e o sustento.

O trauma ganha vida e permanência quando aquela violência externa se torna parte do sujeito. No campo do óbvio, não há dúvidas de que suportar o ato violento, no e pelo tempo de sua duração, é angustiante. Quando essa angústia temporária (duração do ato violento) é interiorizada pelo sujeito de sua submissão, passa a ter existência e vida constantes dentro dele: torna-se integrado, parte intermitente, revivida tantas vezes quantas a lembrança possa permitir. Mais uma vez o grupo de camponeses atingido pela Guerrilha do Araguaia

²⁰ Informações adquiridas em razão de uma das autoras ser advogada responsável por tais processos.

entra em contato com aspectos de vulnerabilidades, nesse caso material (perda da terra, das plantações, da casa, dos insumos, dos animais), física (prisão, torturas) e psíquica (torturas psicológicas, traumas) passíveis de novas consequências e desdobramentos (ROSA, 2004; SCHESTATSKY *et al.*, 2003).

A capacidade da sociedade de criar tecnologias para controlar e matar levou o historiador Hobsbawm a chamar de “Era dos extremos” (2015), ligando, conseqüentemente, aos traumas e às catástrofes. Nesse sentido, compreender a perpetuação do sofrimento passa necessariamente por uma teoria do trauma. São, portanto, essas conjecturas que abordaremos agora, no sentido de demonstrar que as ações ocorridas durante a ditadura militar continuam presentes na atualidade e na vida das pessoas acometidas pelos mais diversos tipos de violências em razão de um passado pouco elaborado e que se repete e se reatualiza nas experiências cotidianas.

Para iniciar, tomemos a noção de trauma proposto por Ferenczi (1931[1992], p. 79), que discorre sobre o momento posterior, o qual será determinante na instalação de um trauma. Traz a noção de que tão terrível quanto a violência em si é a sua negação na sequência: “O pior é realmente o desmentido, a afirmação de que não aconteceu nada, de que não houve sofrimento [...] é isso, sobretudo, o que torna o traumatismo patogênico”. Ao negar o que está em jogo, nega-se, também, o reconhecimento da existência de humanidade do próprio sujeito ou, em outros termos, a instalação de uma violência que dessubjetiva o sujeito por meio de estratégias políticas de destituição de lugar. Rosa (2016), calcada também na psicanálise, irá definir o trauma como a impossibilidade de elaboração por parte do sujeito que se silencia pela impraticabilidade de narrar a própria história. Nesse sentido, a experiência traumática produz uma fragmentação da noção de si mesmo a ponto de constituir um empobrecimento da linguagem.

Ao falarmos de toda uma região geográfica atingida, é necessário também tomar a ideia de que existe um trauma social instituído, que se reverbera no individual, mas produzindo efeitos para a coletividade. Muitos teóricos nos ajudam a pensar os efeitos traumáticos de uma sociedade (KEHL, 2010; DAS, 2020), tais como individualização, ressentimento, adoecimento e sintomas sociais, como violência, entre outros.

A constatação de que o caso em estudo reflete uma “guerrilha”, traz o sentido do atingir um grupo significativo de pessoas. Quando analisamos o mapa da região atingida e identificamos a atividade laboral praticada, a constituição das vilas e o arranjo social, fica claro que todas as violências sofridas no âmbito pessoal, de caráter personalíssimo, ecoam sobre os coletivos que circundam o grupo. Assim, o pai, que foi preso e torturado, sentiu na própria carne a dor física, como também sentiu a dor moral de saber do desamparo em que ficou a família. A família sofreu a dor moral de ver o marido e pai sendo preso, com o medo do que poderia lhe acontecer, além da própria família, a partir da ausência do patriarca. Da mesma forma, os vizinhos padeceram de suas próprias feridas e, justamente por conhecerem a mesma dor, sofreram pelas feridas dos outros. Com isso, o evento torna-se uma imensa caixa de ressonância que pode conduzir e estagnar um círculo vicioso no qual as dores ressurgem periodicamente a depender de quem e como bate nessa caixa.

O termo utilizado por Ferenczi (1931 [1992]), colocando o trauma como “desmentido”, deve ser pensado pelo seu oposto: “reparação”. Se o trauma ocorre justamente pela negação

do ocorrido, o “desmentido”, ou seja, tão avassalador quanto a violência impetrada na região é a negação de que ela tenha ocorrido e a falta do reconhecimento da nação sobre os fatos vivenciados por essa população. É a possibilidade de rever essa negação e trazer à baila social as histórias silenciadas, via comissão da verdade e justiça reparatória, que podem produzir um efeito de elaboração e superação do sofrimento. A reparação é a possibilidade de sustentar emocionalmente um grupo social vítima de extrema violência e ela deve ocorrer pelo percurso da justiça e da sustentação comunitária promovida na relação com os pares sociais. Ao se reconhecer publicamente as atrocidades acontecidas, permite-se estabelecer um elo entre os membros da comunidade que se sustenta na própria condição. Trata-se de “uma comunidade horizontal, constituída pela precariedade de seus membros” (GONDAR, 2012, p. 204). Para Gondar (2012, p. 206), é justamente o reconhecimento da vulnerabilidade que habita cada um e da necessidade do outro, posto que a superação dos traumas “é na medida de que somos precários, sujeitos à perda e ao luto que podemos – na verdade, precisamos – nos ligar aos demais”.

Nessa circunstância, o desmentido, produzido pelo Estado, que não cessa na contemporaneidade de produzir situações de “reinterpretações e escrita da história”, faz com que a comunidade de destino fique fraturada em seu laço social, pois o “desmentido expõe [...] no sujeito traumatizado pela violência social, uma mesma vivência de aniquilamento” (GONDAR, 2012, p. 207-208). Um não cuidado à dimensão intersubjetiva, a negação da ocorrência de violência de estado e o alçamento dos torturadores a lugares de heróis, como o visto na recepção dada ao major Curió no Palácio do Planalto²¹, fazem com que os efeitos do trauma sejam devastadores na vida das pessoas.

A reparação não realizada no país faz com que ocorra uma impossibilidade de superação das múltiplas experiências de violências físicas, que se reatualizam no presente, como torturas psicológicas, em razão da impossibilidade de superação da situação. A reparação teria o caráter de promover uma função antitraumática, por validar a experiência pelo reconhecimento do outro (FERENCZI, 1933 [1992]).

Pelo não enfrentamento da reparação e não punição dos violadores dos direitos humanos básicos, Kehl (2010, p. 124) nos alerta que o “esquecimento’ da tortura produz a naturalização da violência como grave sintoma social no Brasil”.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As violências suportadas pelos camponeses da denominada Guerrilha do Araguaia, bem como o advento da ditadura civil militar, foram expostas tomando como base a literatura disponível e a leitura de depoimentos contidos em requerimentos de anistia efetuados pelos próprios camponeses, a fim de demonstrarem os horrores vividos, os quais se fazem presentes em razão dos traumas instituídos.

Conforme pode ser depreendido, os aspectos de vulnerabilidades, já existentes no grupo camponês da denominada Guerrilha do Araguaia, pretéritos a ela, são confirmados em virtude dos seguintes fatores: (i) da condição de migrantes involuntários, desterritorializados

²¹ Ver Os crimes cometidos por Major Curió, torturador recebido por Bolsonaro no Planalto – Instituto Humanitas Unisinos – IHU.

pela necessidade de sobrevivência; (ii) da característica básica da pobreza e da falta de acesso ao mínimo bem-estar social (saúde, educação, eletricidade, vias de acesso, informação); na sequência histórica; (iii) a vulnerabilidade é acentuada ante a exposição provocada pelos militantes do PC do B quanto à possível reação armada do Estado em relação aos intentos partidários; (iv) quando da efetiva reação armada, de cunho extremado e violento por parte das Forças Armadas; (v) pelas sequelas físicas, psicológicas, construídas e marcadas por sofrimentos e perdas, inclusive as materiais, também mantidas e alimentadas pelo eco memorial do grupo familiar e coletivo regional; (vi) a perpetuação dessa vulnerabilidade em virtude da omissão do Estado em relação, pelo menos, ao problema pontual vinculado à violência direta da denominada Guerrilha do Araguaia; e (vii) pela reatualização do trauma em razão da negação do ocorrido e da impossibilidade de se constituir formas de reparação e superação.

Em suma, a finitude desse ônus reside na atenção e diminuição das situações de vulnerabilidade que, no caso específico, dependem, obrigatoriamente, de políticas que considerem a justiça de transição, permitindo a elaboração dos traumas, o reconhecimento do sofrimento, a identificação e punição dos algozes, a finalização dos casos de desaparecidos e mortos, a fim de cessar as violências que insistem em se repetir. Tal processo permitiria uma fluidez nos papéis, fazendo com que o Estado brasileiro saísse do lugar de algoz, violador e desestabilizador do testemunho, para aquele que reconhece e repara seus erros passados. É muito longo o caminho a percorrer.

7 REFERÊNCIAS

- AMORIM, Carlos. *Araguaia*. Histórias de amor e guerra. Rio de Janeiro: Record, 2014.
- ARROYO, Ângelo. Relatório Arroyo [1974]. Arquivo Comissão Nacional da Verdade. 00092.003188/2014-70. São Paulo: Fundação Maurício Grabois, 11 de dezembro de 2009.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BARK, Gehad Marcon. A imagem do inimigo na ditadura civil-militar brasileira: um lampejo de lucidez com Saramago. *Amorphosis – Revista Internacional de Direito e Literatura*, v. 6, n. 2, p. 471-493, 2020.
- BORGES, Thelma Pontes. *Paisagens discursivas-subjetivas e táticas dos impactados por políticas e violência de governo*. 2020. Relatório Final (Pós-Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável dos Trópicos Úmidos, Belém, 2020.
- BRASIL. *Decreto Lei Código Penal*. Brasília: Senado Federal; Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 138 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529748/codigo_penal_1ed.pdf
- CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas*. São Paulo: Companhia da Letras, 2012.
- CARVALHO, Luiz Maklouf. *O coronel rompe o silêncio*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.
- CNV. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório final*. Memórias Reveladas. 2014. Volume I, Parte IV, Tomo II, Capítulo 14. Guerrilha do Araguaia. Rede de apoio – camponeses e indígenas. p. 693 e Assunção das torturas. p. 702.
- DAS, Veena. *Vida e palavras: a violência e sua descida ao ordinário*. São Paulo: Unifesp, 2020.
- DUARTE, Thais Lemos; JESUS, Maria Gorete Marques. Prevenção à tortura: uma mera questão de oportunidades aos mecanismos latino-americanos? *Revista Direitos Humanos e Democracia*, a. 8, n. 15, p. 134-152, jan./jun. 2020. Disponível em: DOI:10.21527/2317-5389.2020.15.134-152 . Acesso em: 18 set. 2022.
- FÁVERO, Alcemira M.; FÁVERO, Camila. Topologia da violência: reflexões para pensar a sociedade contemporânea. *Roteiro*, Joaçaba, v. 43, n. 2, p. 635-648, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/download/16658/pdf/>. Acesso em: 15 jun. 2021.
- FERENCZI, S. *Análises de crianças com adultos*. São Paulo: Martins Fontes, 1931[1992]. (Obras completas Sándor Ferenczi).

- FERENCZI, S. *Confusão de língua entre os adultos e a criança*. São Paulo: Martins Fontes, 1933[1992]. (Obras completas Sándor Ferenczi).
- FIGUEIREDO, Lucas. *Lugar nenhum: militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura*. 1ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução Raquel Ramalhete. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- GINZBURG, Jaime. Escritas da tortura. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (org.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 133-150.
- GODOI, Rafael. Tortura difusa e continuada. *Le Monde Diplomatique* – série especial – Prisões – a barbárie contemporânea. 4 de fevereiro de 2016. Disponível em: Tortura difusa e continuada - Le Monde Diplomatique. Acesso em: 18 set. 2022.
- GONDAR, Jô. Ferenczi como pensador político. *Cadernos Psican*, Rio de Janeiro: CPRJ, v. 34, n. 27, p. 193-210, jul./dez. 2012. Disponível: a11.pdf (bvsa.org). Acesso em: 17 jun. 2021.
- GORENDER, J. *Combate nas trevas: das ilusões perdidas à luta armada*. 5. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Expressão Popular, 2014. 294p.
- HAESBAERT, Rogério. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. *GEOgraphia*, 22(48), 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/43100/24532>.
- HAN, Byung-Chul. *Topologia da violência*. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.
- HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX. 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS – IHU. *Os crimes cometidos por Major Curió, torturador recebido por Bolsonaro no Planalto*. 2020. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/598704-os-crimes-cometidos-por-major-curio-torturador-recebido-por-bolsonaro-no-planalto>.
- JESUS, Maria Gorete Marque de; SILVESTRE, Giane; DUARTE, Thais Lemos. *Tortura como marca cotidiana: narrativas sobre serviços de atenção às vítimas de tortura desenvolvidos no Rio de Janeiro e em São Paulo*. Copenhague: Dignity – Danish Institut Against Torture & Autores, 2021. Disponível em: 35-TORTURA-COMO-MARCA-COTIDIANA_v05.pdf (usp.br). Acesso em: 18 set. 2022.
- KEHL, Maria Rita. Tortura e sintoma social. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (org.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 123-132.
- LEMOS, Francisco de Assis. *Nordeste: o Vietna que não houve – ligas camponesas: o golpe de 64*. João Pessoa: Editora da Universidade Federal da Paraíba, 1996.
- MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*. São Paulo: Geração Editorial, 2005.
- NOSSA, Leonencio. *Mata! O major Curió e as Guerrilhas no Araguaia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- ONU. Organização das Nações Unidas. *Convenção Americana sobre Direitos Humanos*. Disponível em: http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/7/docs/declaracao_universal_dos_direitos_do_homem.pdf
- PAIXÃO, Cristiano. Entre regra e exceção. Normas constitucionais e atos institucionais na ditadura militar brasileira. *Revista do Instituto Brasileiro de História do Direito – IBHD*, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historiadodireito/article/view/78728/43002>.
- PALHARES, M. F. S.; SCHWARTZ, G. M. A violência. In: PALHARES, M. F. S.; SCHWARTZ, G. M. *Não é só a torcida organizada: o que os torcedores organizados têm a dizer sobre a violência no futebol? [on-line]*. São Paulo: Editora Unesp; Cultura Acadêmica, 2015. p. 11-26. ISBN 978-85-7983-742-5. Disponível em: Scielo Books.
- PORTELA, Fernando. *Guerra de guerrilhas no Brasil*. São Paulo: Global, 1980.
- ROSA, Miriam Debieux. A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica. *Revista Mal-estar e subjetividade*, Fortaleza, v. IV, n. 2, p. 329-348, set. 2004.
- ROSA, Miriam Debieux. *A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento*. São Paulo: Editora Escuta, 2016.
- SCHESTATSKY, Sidnei; SHANSIS, Flávio; CEITLIN, Lúcia Helena; ABREU, Paulo B S; HAUCK, Simone. A evolução histórica do conceito de estresse pós-traumático. Departamento de Psiquiatria e Medicina Legal da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (RS), Brasil. *Rev. Bras. Psiquiatria*, São Paulo, v. 25, suppl. 1, jun. 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S151644462003000500003&script=sci_arttext&tlng=pt

Todo conteúdo da Revista Direitos Humanos e Democracia
está sob Licença Creative Commons CC – By 4.0